



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 14º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2022.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

14º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE ABRIL A 31 DE JUNHO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/04/2022 a 31/06/2022, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e do Relatório Gerencial Financeiro (RGF).

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e ao artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório (PA), bem como sua análise.

Para a elaboração deste relatório, frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), que possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do CG nº 02/2019.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Inicialmente, cabe pontuar que foram identificadas pela equipe da Assessoria de Gestão da Informação da SUPEC correções a serem realizadas nos dados informados no RGR. Tais retificações foram realizadas ao longo do relatório.

Especificamente no QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS, verificou-se um erro no resultado apresentado para o indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, cujo resultado retificado é 22.898. Também foi verificada a necessidade de retificação do indicador 5.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP, cujo resultado retificado é 10.489.

Ademais, foi retirado o Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas do QUADRO 1, uma vez que não há indicador pactuado para o produto no Programa de Trabalho previsto pelo IV Termo de Alteração Simples do CG nº 02/2019, assinado em 29/04/2022. O referido produto será tratado no Item 3 deste relatório – Detalhamento da realização dos produtos.

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			14º Período Avaliatório Abr/22 a Jun/22	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	17.236	22.898
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.520	1.861
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	6.000	6.141
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.184	2.291,6
	2.2 Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5.460	4.654,7
	2.3 Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	27.675	30.238
	2.4 Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	205	277
3 Programa Se Liga	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	360	579
	3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	90	410
	3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	360	632

4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	25.980	26.944
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	73,2%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	2.010	1.895
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	11.592	10.489
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	85,4%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	804	1.103
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	9	-
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	60	-
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	35	-
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	540	505
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	2.400	3.135
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	11,8
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	28	29
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	100%
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-
11	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	11.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	150	180
		11.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	60%	71%

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
17.236	22.898	132,8%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.520	1.861	122,4%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
6.000	6.141	102,3%

Conforme já pontuado no Quadro 1, em relação aos dados do Programa Mediação de Conflitos (PMC), foi realizada retificação no indicador 1.1. Adicionalmente, são necessárias seguintes correções nas tabelas apresentadas no RGR:

- Tabela 1 – Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC:

- Jardim Felicidade mês de junho = 116. Total = 548.

- Total mês de junho = 3914.

- Total = 22.898.

- Tabela 2 – Distribuição da média mensal por UPC

- Total, mês de junho = 1834

- Média = 1861

Ainda no que se refere aos resultados do PMC, a análise da Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher (DPM) enfatizou eventos que impactaram diretamente no trabalho realizado e na rotina das equipes do programa.

No mês de abril, aconteceram as ações decorrentes do momento inicial do Projeto Institucional “É na Base!”, oportunidade em que as equipes estavam em constante diálogo com as escolas estaduais e municipais dos territórios. No mês de maio e junho, o PMC estava presente nos territórios através das equipes técnicas, mobilizando as referências comunitárias para participarem ativamente do Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para enfrentamento às Violências, além das mobilizações para o Projeto ComAgente, com a proposição de inserir 26 oficinas no programa até agosto de 2022. Os Cursos de Qualificação e Empreendedorismo de Jovens da Política de Prevenção também foram realizados nesse trimestre e trouxeram impacto ao trabalho.

Importante destacar que, apesar dos desafios que contornam o cotidiano das equipes, como atestados/ licenças, saída de profissionais, adequação ao cenário pandêmico, além de mudanças na dinâmica criminal, o programa conseguiu alcançar as expectativas propostas para o período e, como apontado pela OS, todos os indicadores foram contemplados. Nesse contexto, a DPM investiu esforços na construção de diretrizes e orientações para o bom desenvolvimento do planejamento inicial, contando com a colaboração dos responsáveis na OS para a execução das diretrizes emanadas.

1. O Projeto Institucional “É NA BASE! PMC e Escolas de MG no enfrentamento à violência contra a mulher”, conforme reiterado pela OS, ainda se desdobrou em ações e resultados. A intercorrência de greves nas instituições escolares e aumento de casos de COVID-19 em todo o Estado impactaram na suspensão e/ou alteração de cronogramas dentro do período. Primando pela qualidade da ação e diante dos resultados previamente alcançados, a DPM reforçou as diretrizes para a manutenção do diálogo realizado junto à Educação e a permanência do planejamento das equipes para a execução das atividades em momento oportuno. Os resultados compartilhados pelas equipes nos relatórios demonstram que a discussão do enfrentamento à violência contra a mulher, fomentada pela expertise do programa nessa temática, alcançou mais de 20 escolas municipais e estaduais. Este impacto foi visibilizado por diversos canais de notícia, como o exemplificado abaixo.



Abril/2022

2. O Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para enfrentamento às Violências foi objeto de vasta discussão pela diretoria do PMC, que esteve à frente de todos os desdobramentos junto a atores estratégicos que somaram na sua construção e planejamento. No mês de maio, iniciou-se a articulação junto às equipes e gestores sociais a fim de enfatizar a importância da mobilização e participação das referências comunitárias dos 28 territórios localizados nas áreas de abrangência do programa. Foram compartilhados documentos orientadores delineando cada etapa e ação prevista no cronograma, além dos encontros realizados com as equipes e gestores sociais, a fim de que tudo caminhasse de forma alinhada e assertiva.

Foi preciso planejamento para superar obstáculos que poderiam impactar desfavoravelmente na execução, tendo em vista questões de logística e tempo. Realizou-se várias mobilizações e, no mês de junho, já haviam mais de 200 participantes de todos os territórios inscritos para realização do curso, o que demonstrou que o trabalho das equipes e gestores das unidades envolvidas foi indispensável para que tudo ocorresse de forma cuidadosa e qualificada.

A DPM ainda corrobora com os apontamentos realizados pela OS sobre o curso, tendo em vista a disposição da Supervisão Metodológica, quando acionada, para atender as demandas relacionadas a revisões textuais e de imagem dos materiais elaborados para os cursistas e as respectivas equipes.

Curso
"Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para enfrentamento às violências"

Formação de Promotores de Cidadania

Este curso foi pensado para as moradoras e moradores dos territórios atendidos pelo Programa Mediação de Conflitos, de modo a contribuir com conhecimentos e estratégias para enfrentamento às violências nas comunidades e fortalecimento da cidadania.

Informações importantes:

- Quando acontecerão as aulas?
- Julho a Setembro
- Carga horária do Curso:
- 20 horas = 9 encontros + Atividades Complementares e Formação
- Quem pode participar?
- Moradoras e moradores, acima de 18 anos, interessados no assunto!

Procure a equipe do Programa Mediação de Conflitos para saber mais!

Conteúdo do Curso

Módulo	Tema
MÓDULO 1 1º encontro	Introdução Cidadania, Direitos Humanos e Educação Política
MÓDULO 2 2º encontro	Violência contra a mulher
MÓDULO 2 2º encontro	Violência contra criança e adolescentes;
MÓDULO 2 3º encontro	Violência contra pessoa LGBTQIA+
MÓDULO 2 3º encontro	Violência contra a pessoa idosa
MÓDULO 3 4º encontro	Segurança Pública Cidadã
MÓDULO 4 5º encontro	Pessoas, Relacionamentos e Comunicação
MÓDULO 5 6º encontro	Mediação de Conflitos
MÓDULO 6 7º encontro	Comunidade e vínculos: Organização Comunitária e Participação Social
MÓDULO 7 8º encontro	Experiências em Mediação Comunitária
MÓDULO 8 9º encontro	Técnicas e Dinâmicas de Trabalho em Grupo
Formatura	Encerramento do Curso/Projeto

Maió/2022

3. Com relação ao Projeto ComAgente, faz-se importante retomar que no 13ª PA (janeiro a março), o programa encontrava-se num momento de prorrogação do prazo de execução do Projeto Piloto, previsto inicialmente para 5 meses (setembro/21 a fevereiro/22) e depois para mais 5 meses (março a julho/2022). Desde janeiro, foram realizadas diversas tratativas e discussões entre os diversos atores envolvidos da SUPEC e Instituto Elo, para a expansão e adequações no formato de execução do projeto, agora consolidado e integrado à metodologia do PMC como importante estratégia de fomento à participação social.

Necessário destacar que este processo foi permeado por diversos diálogos, debates, reuniões e trocas para alinhamento e construção que atendessem às necessidades e expectativas tanto metodológicas quanto administrativas. Superados os entraves relacionados às especificidades e publicação do edital, algo que se prolongou além do previsto, seguiu-se para a adequação de instrumentos e aspectos da execução, considerando as experiências com o piloto, assim como a definição de um cronograma para esta nova etapa.

Convém ainda reforçar a preocupação da DPM, desde o início, para que não houvesse um hiato entre essas etapas, visando a manutenção mínima dos vínculos estabelecidos junto ao público atendido nas oficinas que se encontravam em execução. Com isso, construiu-se um cronograma que viabilizasse a continuidade do projeto, sem grandes impactos, o que demandou esforços para um acompanhamento mais próximo, capacitação e suporte tanto da DPM quanto da OS às equipes para a mobilização e seleção das propostas.

Para esta nova etapa do projeto, além das 06 Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) contempladas no piloto (Serra, Taquaril, Palmital, Jardim Teresópolis, Olavo Costa e Turmalina), com um total de 20 oficinas, ampliar-se-á, a partir de julho/2022, para as UPCs Ribeiro de Abreu, Pedreira Prado Lopes, Vila Pinho, Nova Contagem, Morumbi e Santos Reis, totalizando 26 oficinas a serem implantadas.

Dessa forma, como já demonstrado pela OS, o Projeto ComAgente tem se apresentado como uma estratégia assertiva e potente de fomento à participação e protagonismo comunitário nas ações de prevenção e enfrentamento às diversas violências.

Nos últimos meses, houve repercussão na mídia em diversas partes do estado acerca da expansão do projeto e de seus resultados. O processo de mobilização para a seleção de novas oficinas contou, neste ano, com mais propostas que no ano anterior, o que demonstra o aprimoramento desse recurso e a visibilidade da atuação comunitária junto ao programa.

A DPM também reforça a pertinência da OS no acompanhamento e suporte às questões administrativas relacionadas à execução do projeto, inclusive através do contato direto entre as Microempreendedoras Individuais. Está nova etapa também enseja que sejam qualificadas as formas de acompanhamento - quanti e qualitativo - para aprimoramento do projeto. Estima-se que o trabalho se torne cada vez mais fluido e que os processos de execução sejam garantidos via OS.

4. A participação do PMC nos Cursos de Qualificação e Empreendedorismo de Jovens da Política de Prevenção demonstrou que as famílias atendidas pelas equipes nos territórios onde o programa atua tinham em sua composição jovens carentes de oportunidades de conhecimento e de crescimento profissional. No mês de abril, foram oferecidos os Cursos de Padeiro, Manicure e Pedicure e o Curso de Barbearia e Barboterapia. A partir do mês de maio, ocorreram os cursos de Depilação e Montagem e Manutenção de Celular. Em todas essas oportunidades, foi possível contar efetivamente com a participação de jovens indicados pelas equipes do programa e, a partir disso, a política experimentou retornos extraordinários destes participantes e dos resultados obtidos após a conclusão das aulas, visto que muitos foram bem recepcionados pelo mercado de trabalho e tiveram suas vidas transformadas, conforme notícias veiculadas nas mídias sociais.

Jovem consegue primeiro emprego com curso ofertado pela Política de Prevenção à Criminalidade

O curso de garçom concluído pelo rapaz, bem como capacitações em outras áreas, é oferecido em um projeto de qualificação e empreendedorismo

25 de Março de 2022, 10:31
Atualizado em 25 de Março de 2022, 11:06

Menos de uma semana após concluir o curso de garçom, oferecido pelo projeto de "Qualificação Profissional e Empreendedorismo de Jovens da Política de Prevenção Social à Criminalidade", Crislyan Pierre, 20 anos, já havia conquistado o primeiro emprego com carteira de trabalho assinada, em um bar/restaurante. O estabelecimento fica localizado no bairro Savassi, conhecido em Belo Horizonte pela variedade e quantidade de bares.



O curso de garçom concluído pelo rapaz, bem como capacitações em outras áreas, é oferecido em um projeto de qualificação e empreendedorismo

Crislyan participou do curso de Garçom, com carga horária total de 40 horas, dividida em 10 aulas, de 24 de janeiro a quatro de fevereiro. Uma foto da carteira de trabalho, arquivada na galeria do celular, daquela página onde fica o registro da data de admissão, confirma a vitória: 10 de fevereiro de 2022. "Tive a indicação da minha sogra para ser entrevistado pelo gerente, mas ter o curso fez toda a diferença para conseguir a vaga de coqueiro. Estou muito feliz, pois acho que em breve posso ser promovido."

O jovem soube da capacitação por meio da sua mãe, que participa de um grupo de mulheres do Programa Mediação de Conflitos (PMC) da Vila Pinho, na Região do Barreiro. Foi lá que ela recebeu as informações dos cursos junto à sensibilização sobre a importância de incentivar a participação de seus familiares jovens, com o objetivo de criar possibilidades de geração de renda para a família.

Em relação ao **indicador 1.1**, os pontos abordados no RGR são corroborados, sendo importante salientar que as contribuições da DPM e da OS sobre ações e projetos voltados para o ano de 2022 continuam ampliando o número de atendimentos realizados pelas equipes nos territórios, como o Projeto Institucional "É na Base!", o Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária no enfrentamento a violência e a ampliação do Projeto ComAgente.

A percepção geral da OS no que se refere aos resultados aquém do previsto para algumas equipes diz respeito à concentração de ações relacionadas a demandas individuais e à carência no desdobramento de ações coletivas. Essa ocorrência já vem sendo sinalizada em outros Relatórios de Monitoramento com relação a algumas equipes específicas, como a da UPC Morro Alto. A DPM busca compreender as intervenções que a OS vem ofertando como possibilidades e estima que os resultados das intervenções realizadas nestas unidades possam ser abordados com mais clareza e com medição de impacto, haja vista as inúmeras possibilidades oferecidas como diretrizes para a realização de um trabalho mais diretivo em nível gerencial e metodológico, visando o alcance do presente indicador.

Outro ponto sinalizado pela DPM é a necessidade de aprimorar a leitura, em relatório e no cotidiano das equipes, relativa ao impacto da dinâmica criminal nos territórios de abrangência do PMC. Nos meses de maio para junho foram mais de 10 homicídios consumados nas áreas de abrangência das UPCs em Belo Horizonte, além de diversos casos de violência que são foco do trabalho deste programa. A apresentação dos dados quantitativos propriamente ditos pode provocar diversas leituras que demandam qualificação para que, a partir de articulações institucionais e consolidação de novas diretrizes pertinentes ao acompanhamento e desenvolvimento das atividades, possa-se modificar tal cenário de extrema preocupação.

Quanto ao **indicador 1.2**, a DPM também reafirma a análise da OS, enfatizando as articulações conjuntas e o impacto dos projetos supracitados. Além disso, o retorno e fortalecimento das atividades presenciais e coletivas realizadas nos territórios contribuem significativamente para o avanço no alcance de pessoas, considerando a melhoria no contexto geral relacionado à COVID-19.

Um exemplo disso é o trabalho que a equipe da UPC Pedreira Prado Lopes vem realizando no território, acessando locais com a dinâmica aquecida e realizando intervenções nestes espaços. Outro exemplo, é a equipe da UPC Taquaril, que tem avançado junto à comunidade nas discussões sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além do direcionamento das atividades, a DPM tem atuado como suporte às equipes na produção de flyers e materiais que compartilham as ações e atividades realizadas, tendo em vista que tais materiais são potencializadores de vínculo e de acesso à direitos. Atualmente, os materiais de divulgação significam 28,72% do público atendido no referido período.

Cortejo realizado na comunidade com a parceria da rede comunitária e moradores - PMC Taquaril



Maio/2022

Também a análise do **indicador 1.3** foi validada pela DPM, mas destaca a necessidade de qualificar a leitura sobre os desafios enfrentados. Assim, com expectativa de potencializar tal indicador nos próximos períodos avaliatórios, sugere-se a pactuação de estratégias para acompanhamento mais próximo destes indicadores pela OS. Entende-se que aproximar de cada realidade possibilitará entender o limite de cada território e, conseqüentemente, criar estratégias junto à gestão social e aos analistas sociais para o maior acesso. Cabe enfatizar que a meta pactuada foi alcançada, principalmente, por desdobramentos de ações realizadas anteriormente ao período supracitado e a tendência é a diminuição destas articulações, por isso a atenção deve ser redobrada. Reforça-se que as articulações de rede são fundamentais dentro do contexto de uma política de segurança cidadã, sendo importante identificar os entraves e possibilidades para a construção de estratégias adequadas.

Projeto PMC Morumbi - Defensoria na Comunidade



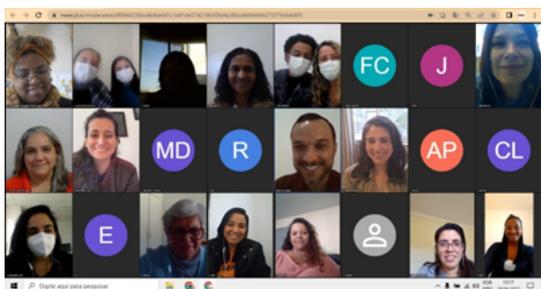
Abril/2022

Neste PA, destacam-se ações como as articulações com a Defensoria Pública de Minas Gerais. No primeiro trimestre do ano, foi realizado diagnóstico pela DPM com as equipes e gestores a fim de identificar, nos territórios, as demandas principais para que fosse apresentado a cada defensor ou defensora de referência propostas de mutirões e ações conjuntas. No segundo trimestre, foi possível perceber alguns frutos destes alinhamentos, como encaminhamentos de casos, discussões e a articulação realizada entre a Defensoria Pública e a UPC de Santo Reis/Montes Claros:



Além das ações que as equipes realizam, vale enfatizar que a DPM permanece ocupando espaços estratégicos de diálogo para o enfrentamento às violências, por exemplo, a violência contra a mulher (na Rede MG e na Rede RMBH), além de construir parcerias com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e com a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) para aprimorar a discussão de segurança pública e mediação de conflitos. As articulações institucionais aprimoram os resultados obtidos em todos os indicadores, uma vez que fomentam parcerias e constroem possibilidades frente a fluxos que necessitam de aprimoramento para o melhor acesso a direitos por parte do público atendido.

Participação estratégica da DPM/Supec na apresentação do diagnóstico sobre abrigos para mulheres em situação de violência da Reunião de Formação da Rede de Enfrentamento à violência contra meninas e mulheres da região metropolitana de MG



Junho/2022

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.184	2.291,6	104,9%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
5.460	4.654,7	85,3%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
27.675	30.238	109,3%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
205	277	135,1%

A Diretoria de Proteção à Juventude (DPJ) considera fundamentais os elementos citados pela OS quanto às potencialidades vivenciadas com o abrandamento da pandemia. A reversão do cenário, frente aos desafios impostos, é resultado do trabalho coletivo dos profissionais da OS, SUPEC, oficinairos/oficineiras do Programa, sendo importante ressaltar os esforços na melhoria dos resultados, sobretudo no tocante ao alcance das metas do Fica Vivo! (FV!), cujas principais atividades são de caráter coletivo.

De modo geral, destacam-se os impactos positivos percebidos, nos indicadores, com a realização do Curso de Qualificação Profissional de Jovens atendidos pelos Programas de Prevenção. Entende-se que o curso tem impacto direto no indicador 2.3 – visto que o Fica Vivo! foi o programa, dentre os demais, que mais encaminhou adolescentes e jovens e que mais teve este público concluindo os cursos –, mas importante salientar que é esperado impacto também no indicador 2.2, indiretamente.

No que se refere ao **indicador 2.1**, para além dos elementos apresentados pela OS, a despeito da meta ter sido plenamente alcançada, a DPJ destaca que apenas duas UPCs tiveram redução na média dos encontros de oficinas, comparativamente ao período avaliatório anterior:

1) Ribeiro de Abreu – redução de 94,33 para 92,67 da média mensal. Embora pequena, tal variação pode ter como hipótese explicativa uma descontinuidade causada pela alteração de quase 100% da equipe técnica da UPC;

2) Vila Pinho – redução de 81,67 para 72,33 da média mensal, que já vinha reduzida do PA anterior, O aumento gradual, mês a mês, (58, 71 e 81 nos meses de abril, maio e junho, respectivamente), não causou o esperado impacto na média.

Isso posto, espera-se que com a efetivação da nova equipe na UPC Ribeiro de Abreu e a manutenção da crescente média mês a mês na UPC Vila Pinho, nenhuma UPC figure nas reduções.

Quanto ao **indicador 2.2**, embora a meta não tenha sido alcançada – e para além dos elementos mencionados no RGR quanto ao baixo desempenho de determinadas UPCs que contribuiu para o resultado aquém do previsto – a DPJ destaca as UPCs que tiveram expressiva ampliação da média de jovens participantes das oficinas:

1. Pedreira Prado Lopes – levanta-se a hipótese de que a ampliação da média (de 169,7 no 13º PA para 218,3 no 14º PA) esteja vinculada ao momento de tranquilidade nos conflitos existentes entre grupos rivais. Com o “acordo de paz” selado entre os grupos da Carmo do Rio Claro e Beco do Fi, percebe-se maior circulação dos jovens e comunidade em geral pelo território, além de maior acesso aos espaços públicos, privados e às políticas públicas.
2. PTB – o aumento expressivo observado na média da referida UPC (de 49,3 para 132 no 13º e 14º PA, respectivamente) aponta para a efetivação do trabalho da equipe atual, que foi alterada em sua totalidade recentemente.
3. Veneza – a área de atuação da referida UPC foi ampliada para o Residencial Alterosas, o que, por sua vez, implicou maior número de analistas, se comparado às demais UPCs. Uma hipótese, assim, é que o exponencial aumento na média de jovens nas oficinas de 137 no 13º PA para 217,3 no PA atual possa ser atribuído a esse elemento, além do arrefecimento da dinâmica criminal envolvendo grupos rivais no território.
4. Carapina – merece destaque o contexto de avanços em Governador Valadares, mencionando-se especialmente a UPC Carapina, cuja equipe, em nova configuração após importante alteração, tem empenhado significativos esforços em desenvolver um trabalho mais próximo, qualificado e diversificado junto aos oficinairos, ao território e ao público, o que fica evidenciado no expressivo aumento na média se comparados os dados do 13º e 14º PA (115 para 190,3, respectivamente).

Sobre o **indicador 2.3**, destaca-se que a forma de apresentação das tabelas, trazendo os dados de atendimentos desmembrados por modalidade, foi considerada muito qualificada, pois permite observar e pensar estratégias focadas no desempenho e investimento das equipes de cada UPC. Importante reforçar

o expressivo aumento de projetos locais e de circulação desenvolvidos pelas equipes, que tem potencializado o alcance da meta. Reforçam-se também os impactos positivos da realização dos Cursos de Qualificação Profissional de Jovens dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade neste indicador, conforme mencionado inicialmente. Por fim, a DPJ destaca, além das UPCs abarcadas no RGR, a UPC Olavo Costa:

1. Olavo Costa – com o arrefecimento na dinâmica envolvendo os conflitos de grupos rivais na região (possível acordo de paz), as ações de proteção social foram favorecidas e, conseqüentemente, os atendimentos realizados pelo Programa. Merece destaque o projeto de Festival de Pipas realizado pela equipe em parceria com a rede local, além da participação da UPC em diversos espaços institucionais e sociocomunitários. Observa-se, portanto, expressiva ampliação de 348 atendimentos no 13º PA para 1.071 cumulativamente no 14º PA.

Com relação ao **indicador 2.4**, foram considerados plenamente suficientes pela DPJ os elementos indicados pela OS no tocante ao alcance das metas pactuadas. Não obstante, cabe mencionar os espaços institucionais promovidos pela diretoria que qualificam o alcance da meta, tais como a realização de reunião com a coordenação estadual do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) para refinamento da parceria, apresentação de resultados e desafios, realização de reuniões específicas com os promotores do GAECO de cada município e com os gestores e gestoras sociais, de modo a fortalecer e qualificar a participação da proteção social nos Grupos de Intervenção Estratégica (GIEs), bem como reuniões institucionais da DPJ, por meio da gerência de intervenção estratégica, com os novos comandantes dos Grupos Especializados de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), de Companhias de Polícia e Batalhões, resgatando a parceria e os atos normativos que a regulamentam.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
360	579	160,8%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
90	410	455,5%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
360	632	175,5%

Nessa Área Temática, foram identificadas as seguintes correções necessárias nas tabelas apresentadas no RGR:

- Tabela 8 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Para os Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão não foram contabilizados Acolhimentos, portanto, necessário incluir. Total de 8 no ano, sendo o total 328.

Para os Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga, não foram contabilizados: Acolhimentos, total de 27 no ano; Visita Domiciliar, total de 15 no ano; Atividade de Circulação, total de 0 no ano; e Atividade com Familiares, total de 19 no ano. Necessário incluir as respectivas colunas e retificar o total para 251.

Alterar o Total Geral para 579.

- Para o cálculo do Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social, foram consideradas: Visitas domiciliares realizadas no mês, Atendimento individual de Pré-Egressos/Acautelados na UPC do SL e Atividades de apresentação do Se Liga nas Unidades Socioeducativas. Todavia, tais atividades não são contabilizadas para o cálculo do Indicador 3.2. Sugere-se excluir tais linhas/informações, para não gerar entendimentos diversos em relação ao indicador.

Total = 410.

Sobre o Programa Se Liga, a DPJ considera importante reforçar sobre o início da execução do Projeto Circuito Liberdade. Trata-se de um projeto de alta complexidade institucional, por ser uma atividade vinculada a uma metodologia nova no âmbito do Contrato de Gestão, uma vez que as normativas legais atinentes às garantias de direitos e deveres de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N. 8.069/1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei N. 12.594/2012) – preveem o cumprimento das medidas socioeducativas integradas às políticas em rede, sem que, para tanto, o sujeito seja retirado do convívio social, a saber:

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. (BRASIL, 1990, p. 60 e 61).

E ainda:

Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#). (BRASIL, 2012)

A execução do projeto é dividida em fases e eixos, cada qual com suas atividades vinculadas. Retifica-se, assim, que foram executadas até o final do mês de junho cinco atividades das 15 esperadas para a primeira fase.

No tocante às (re)implantações e inaugurações dos programas e UPCs, agrega-se às mencionadas pela OS no 14º RGR, a inauguração da UPC Se Liga - Regional Zona da Mata, na cidade de Juiz de Fora, no mês de junho.

Acerca da execução do Programa Se Liga, merece destaque a contratação da supervisão metodológica de referência, medida que mantém o cenário positivo nos resultados quantitativos, fazendo-se, inclusive, necessário rever as metas outrora pactuadas. Sobretudo, realça-se a qualificação dos atendimentos ofertados pelas equipes e o fortalecimento da política pública na rede de proteção social dos municípios. Somando-se a isso, cabe mencionar os esforços da DPJ na manutenção de reuniões de alinhamento de fluxos mensais com a SUASE, importante parceria para o alcance dos resultados esperados para o Se Liga, além das construções com as Unidades Socioeducativas desenvolvidas in loco pelas gestoras de referência.

Outro elemento importante diz respeito à ressonância positiva das ações desenvolvidas pelo Programa Se Liga em âmbito nacional, enquanto referência de política pública voltada para o acompanhamento ao adolescente pós-cumprimento de medida socioeducativa (MSE). No início deste período avaliatório, a direção e supervisão metodológica do programa participaram, a convite do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Jornada Formativa organizada pelo Eixo Socioeducativo deste, expondo a prática metodológica desenvolvida em Minas Gerais, na mesa temática sobre as diretrizes básicas para Programas de Acompanhamento ao Adolescente Pós-MSE.

O evento ocorreu no dia 04/05, em comemoração dos 10 anos da Lei do Sinase1 e teve como principal objetivo, qualificar, especificamente, a atuação da rede e de atores do Poder Executivo e do Sistema de Justiça envolvidos na criação e implementação do Programa de Acompanhamento aos Adolescentes Pós-Cumprimento da Medida Socioeducativa (art. 94, inc. XVIII do ECA).



No que se refere ao **indicador 3.1**, são corroborados todos os elementos apresentados no RGR relativo ao 14º PA e enfatizada a qualificação de dados, se comparadas às análises de relatórios anteriores atinentes ao indicador em questão. Em caráter agregador, espera-se, com a execução do Projeto Circuito Liberdade, ainda maior amplitude de atendimentos realizados pela equipe da UPC BH/RM; CM, haja vista os resultados alcançados até então, sobretudo, à maior vinculação do público ao programa.

Especificamente no que tange a participação da UPC Zona da Mata no alcance dos resultados deste indicador, também se espera maior amplitude nos atendimentos nos próximos PAs, dada às importantes estratégias de encontrar espaços na rede de proteção social que permitam a realização dos atendimentos aos adolescentes e jovens que se sentem inseguros de deslocar até a UPC, conforme indicado pela OS.

No que diz respeito ao **indicador 3.2**, reforça-se o comentário acerca da permanência, nesse 14º RGR, do equívoco no que tange ao quadro de contabilização das ações estratégicas vinculadas ao mesmo. As “Atividades de apresentação do SL nas Unidades Socioeducativas”, assim como as visitas domiciliares e os atendimentos individuais de pré-egressos/acautelados na UPC do Se Liga, não configuram atividade a ser contabilizada, conforme descrição do Indicador. Essa incorporação ocasiona uma distorção na leitura dos resultados e deve ser corrigida, conforme já ponderado inicialmente. Isso posto, os elementos indicados pela OS parceira foram considerados suficientes.

Sobre o **indicador 3.3**, reforça-se que tanto a hipótese levantada sobre a redução da realização de Estudos de Caso junto às Unidades Socioeducativas quanto os desafios relativos à parceria com tais unidades localizadas na Zona da Mata têm sido tratadas pela DPJ nas reuniões mensais com a Diretoria de Orientação Socioeducativa da SUASE. Tais agendas têm permitido o desenvolvimento de estratégias de qualificação da parceria, tanto em âmbito institucional quanto nas ações desenvolvidas por ambas as equipes e enfrentamento dos obstáculos vivenciados.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
25.980	26.944	103,7%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	73,2%	98,9%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
2010	1895	94,3%

Com o objetivo de contextualizar as análises apresentadas para o desempenho de cada indicador, destaca-se alguns elementos que impactaram diretamente os resultados. Dentre eles, cabe reiterar a atipicidade no formato de execução dos atendimentos grupais na unidade de Belo Horizonte que, em dissonância das orientações da Diretoria de Alternativas Penais (DAL), em virtude da limitação do espaço físico e das diversas tentativas, sem sucesso, da gestão social responsável pela unidade em articular um espaço junto a rede parceira para execução das atividades, mantiveram-se em formato virtual.

Cabe ainda atualizar que, durante o período avaliado, a reforma do espaço da unidade do município de Divinópolis foi finalizada. A nova sede foi inaugurada no mês de junho e, finalmente, a equipe está atuando integralmente de forma presencial.

No **indicador 4.1**, cabe destacar as orientações construídas pela DAL junto a gestão social de cada município para impulsionar as portas de entrada da CEAPA e fortalecer o fluxo de encaminhamento das alternativas penais para acompanhamento do programa, tendo em vista o aumento gradativo dos resultados ao longo dos meses, culminando no batimento integral da meta estipulada para o período avaliado. Em virtude dessa orientação, corroborando as análises apresentadas

pela OS no que toca o município de Belo Horizonte, ressalta-se o aumento considerável dos atendimentos a partir do fluxo pactuado para o recebimento das Medidas Cautelares Diversas da Prisão.

Em contrapartida, considerando o desempenho apresentado para o município de Divinópolis, sugere-se que a OS aprimore as análises trazendo elementos que evidenciem a fragilidade no direcionamento de determinados orientadores, tendo em vista que o município apresenta, de forma recorrente, um resultado insatisfatório para esse indicador. Apesar de todas as orientações acerca da necessidade de fortalecer as portas de entrada do Programa, nota-se a inconsistência nos atendimentos, sobretudo os atendimentos de inscrição, evidenciando um fluxo de entrada fragilizado e pouco estratégico no município. Essa leitura subsidiará o refinamento das orientações e o realinhamento de estratégias por parte da DAL para que a meta seja atingida.

Cabe ainda destacar um ponto de atenção para o município de Vespasiano que, reiteradamente, vem apresentando dados de atendimento aquém daqueles pactuados para o indicador. Apesar de conhecidas as particularidades de um município de implantação, cabe marcar que não se trata de uma atuação recente de programa, e sim de uma retomada das atividades da UPC após um período de suspensão. Dito isso, em virtude do fluxo já consolidado com o Poder Judiciário, apesar do aumento gradual ao longo dos meses que compreendem o período avaliatório, esperava-se um resultado mais robusto neste indicador.

Por fim, solicita-se a retificação dos dados apresentados na Tabela 10 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA. Acredita-se que se trata de um equívoco no momento de transpor os resultados, dado que os municípios de Araguari e Varginha não foram ainda implantados, portanto, não apresentam dados de execução conforme sugerido na tabela. Por se tratar de um erro na transposição, por consequente, os demais dados apresentados por municípios também estão equivocados. Os números estão corretos, porém fora de ordem, portanto, é necessário corrigir formatação da tabela.

No **indicador 4.2**, de forma alinhada com as análises apresentadas pela OS, a DAL ressalta a importância do aprimoramento e investimento com relação ao monitoramento e regularidade do cumprimento da alternativa penal em tempo hábil, posto que é uma ação prioritária e contínua do Programa.

Dito isso, entende-se o investimento para regularizar o cumprimento da alternativa penal, bem como a qualificação nos encaminhamentos e articulações com a rede como ações estratégicas que contribuem para o bom resultado do indicador. No entanto, a justificativa de esgotamento das intervenções a partir do “...encerramento do acompanhamento de casos que não retornaram à Central mesmo após diversas tentativas de contato via telefone e/ ou notificações por carta...”, apresentou-se pouco consistente, tendo em vista que, durante o período avaliatório, notou-se o descumprimento de casos represados de anos anteriores, inscritos a partir do ano de 2018, que sequer iniciaram o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade, modalidade que se destaca nos informes de descumprimento.

Ressalta-se ainda a pertinência em destacar as análises para os municípios de Juiz de Fora e Ipatinga que, conforme sinalizado nas justificativas relatadas pela OS, vêm apresentando, de forma recorrente, dados muito aquém daqueles pactuados. Apesar dos dados apresentados para o município de Divinópolis se mostrarem satisfatórios para o mês de junho, de forma alinhada aos apontamentos trazidos pela OS, trata-se de um município que merece atenção quanto ao desempenho inferior desse indicador nos demais meses do período avaliado, e em relação ao período anterior.

Por fim, reitera-se que os resultados nulos apresentados para os municípios de Araguari e Varginha ainda se mantêm por se tratar de unidades que ainda não foram implantadas até o período avaliatório em questão.

No **indicador 4.3**, constata-se que a meta pactuada para o período avaliatório não foi alcançada, contudo, nota-se um aumento gradativo e um investimento sistemático das ações do programa junto à rede no decorrer dos meses. Apesar do avanço no desempenho desse indicador, o não batimento da meta é reflexo do resultado cumulado dos resultados apresentados em períodos anteriores, que estavam muito aquém do número pactuado.

Reiterando a importância na construção de um plano de ação e um cronograma que contemple as articulações de rede, destaca-se o desempenho do município de Belo Horizonte, que apresentou seu primeiro resultado satisfatório neste ano para esse indicador, quando considerado de forma isolada o mês de junho. Embora ainda mantenha um resultado inferior quando considerado o acumulado dessas ações com os meses e períodos anteriores.

No entanto, enquanto ação estratégica para execução do Programa, percebe-se uma fragilidade para superar essa necessidade de organização que priorize essa frente em determinados municípios, a citar, Betim e Uberaba. Para esses municípios, sugere-se a OS que aprimore as análises apresentadas. Entende-se que a meta geral de execução desse indicador para o período avaliado foi batida, porém a descrição do indicador considera o dado acumulado, que por sua vez não foi atingido. A despeito do município de Belo Horizonte, que justificou sua organização e demonstrou um avanço no desempenho dessa frente, Betim e Uberaba seguem sem apresentar resultados satisfatórios e sequer são apontadas as análises que justifiquem os resultados aquém daqueles pactuados.

Diante do avanço nos resultados, como leitura complementar, cabe enaltecer os desdobramentos positivos a partir dos alinhamentos e orientadores após as diversas reuniões realizadas entre DAL, gestão social e supervisão metodológica, para traçar estratégias e ações das equipes técnicas para investir nessa frente de trabalho, na organização das visitas de rede e nas ações de articulação.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
11.592	10.489	90,48%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	85,4%	109,48%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
804	1.103	137,18%

Com relação aos dados do PrEsp, é necessária a seguinte correção na tabela 13 apresentada no RGR, e, por conseguinte, no resultado apurado para o indicador 5.1:

- Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

- Total mês de junho = 1.822

- Total = 10.489.

Durante esse período avaliatório, vale inicialmente ressaltar que foram realizadas as inaugurações do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) nos municípios de Divinópolis, Ibirité, Sete Lagoas e Vespasiano. Embora as atividades nesses municípios já tivessem sendo executadas desde o segundo semestre do ano de 2021, as inaugurações oficiais ainda não tinham acontecido. Foram momentos importantes para a divulgação do programa e consolidação do trabalho realizado nestes municípios, com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), da SUPEC e de vários atores da rede dos municípios citados, a saber, representantes do Executivo municipal, Poder Judiciário, Defensoria Pública, dentre outros.



Inauguração PrEsp Ibirité – Foto: Tiago Ciccarini/Ascom - SEJUSP



Inauguração PrEsp Sete Lagoas – Foto: Tiago Ciccarini/Ascom - SEJUSP



Inauguração PrEsp em Divinópolis – Foto: Bernardo Carneiro/Ascom - SEJUSP



Inauguração PrEsp Vespasiano – Foto: Tiago Ciccarini/Ascom – SEJUSP

Outro ponto a se ressaltar é o início dos cursos de qualificação profissional que serão disponibilizados para o público do PrEsp, cujo recurso foi obtido por meio de convênio firmado com o Departamento Penitenciário Nacional/MJSP (DEPEN Nacional). Serão ofertados diversos cursos de curta duração para pessoas egressas do sistema prisional ou seus familiares atendidos pelo Programa, sendo que o primeiro deles foi realizado no município de Montes Claros, no mês de junho.



Formatura do Curso de Salgado – Montes Claros

Esta é uma ação de extrema importância para o programa já que através destes cursos busca-se qualificar profissionalmente o público atendido para inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

Isto posto, e passando agora a considerar as metas estabelecidas para os indicadores monitorados, no que se refere ao **indicador 5.1**, a meta prevista não foi alcançada. A meta cumulada estabelecida para tal indicador para este período foi de 11.592 atendimentos. Como foram realizados, cumulativamente, 10.489 atendimentos, tal número corresponde a 90,48% da meta pactuada. Necessário pontuar, porém, que embora a meta prevista não tenha sido alcançada, é possível notar um aumento no número dos atendimentos realizados em comparação ao período avaliatório anterior. Apesar deste aumento ter sido observado, necessário atentar-se para as metas alcançadas por alguns municípios, quais sejam:

- Belo Horizonte: conforme já pontuado em monitoramentos anteriores, a equipe do PrEsp da UPC de Belo Horizonte é a que possui o maior número de analistas sociais, se comparado às equipes dos outros 14 municípios de atuação do programa. Embora justificativas sejam apresentadas para o não alcance de um maior número de atendimentos por esta equipe, Belo Horizonte é o município que apresenta as maiores oportunidades para a realização de um trabalho que atinja um maior quantitativo de pessoas, principalmente no que toca ao acesso a direitos por meio da rede de proteção existente. Nesse sentido, necessário que seja realizado um trabalho com a equipe de modo a se pensar numa reorganização e em articulações de rede que sejam capazes de propiciar de forma efetiva a chegada do público para atendimento no Programa. Os números apresentados por essa equipe ainda se encontram abaixo do desejável diante de todas as possibilidades existentes no município e, sobretudo, do quantitativo de profissionais disponíveis para atuação nesta Unidade;

- Contagem: ainda é possível observar uma diminuição dos números de atendimentos neste município nos meses em que não há coleta de assinaturas pelo programa. Nesse sentido, necessário que se invista em ações e articulações que propiciem uma maior chegada do público, como a realização de grupos em unidades prisionais, ação ainda não realizada neste município e que impacta no número de atendimentos. Cabe, ainda uma maior articulação com a rede parceira do município de modo a construir fluxos de encaminhamento do público para o PrEsp;

- Juiz de Fora: embora este seja um município que tenha apresentado um número de atendimentos bem superior ao previsto, importante também se atentar para esse fato, já que números de atendimentos muito superiores ao esperado para a quantidade de profissionais contratados para compor a equipe pode impactar diretamente na qualidade do serviço ofertado. Necessário, portanto, que haja um acompanhamento próximo desta equipe para avaliar e organizar o fluxo de trabalho de modo a não sobrecarregar os Analistas Sociais e não diminuir a qualidade dos atendimentos prestados;

- Santa Luzia: novamente pauta-se a necessidade de uma maior qualificação das frentes de trabalho neste município. A chegada do público para atendimento ainda é pequena e muito vinculada à presença deste na unidade para assinatura. Necessário se pensar em ações que visem mapear na rede os serviços que são acionados pelas pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares visando aumentar o fluxo de encaminhamento destas pessoas para o PrEsp. Também é preciso qualificar o acompanhamento do público no sentido de estreitar vínculos para que as pessoas retornem para atendimento ao programa, já que só

assim se torna possível a realização de intervenções que tenham a potencialidade de intervir em processos de criminalização e no não retorno para a criminalidade;

- Uberaba: este é outro município que merece atenção no que se refere ao número de atendimentos realizados, considerando o baixo número ainda apresentado pela equipe. Necessário também se pensar em ações que sejam capazes de aumentar o acesso do público ao programa e, principalmente, o seu retorno para acompanhamento, já que é o acompanhamento que qualifica todo o trabalho realizado pelo PrEsp.

Para os municípios de implantação é compreensível o não alcance da meta, considerando que ainda se trata de um serviço ofertado recentemente para o público, mas também cabem algumas observações.

Dentre os quatro municípios de implantação, o que apresenta melhores resultados é Sete Lagoas. Importante ressaltar a necessidade dos profissionais responsáveis pela execução direta do trabalho nos outros municípios, a saber, Ibirité, Divinópolis e Vespasiano investirem em frentes de trabalho que estejam voltadas para a articulação com atores estratégicos da rede para encaminhamento do público para atendimento no PrEsp. Cabe ainda, o planejamento de ações coletivas, ainda que em espaços da rede, para aumentar o acesso da equipe ao público e uma maior divulgação do trabalho realizado. Atenção especial deve ser dada ao município de Vespasiano, que apresenta os menores números de atendimento em comparação aos outros três.

Quanto ao **indicador 5.2**, o resultado alcançado foi superior à meta prevista. Novamente, ressalta-se a necessidade de atenção já que o acompanhamento do público pelo PrEsp é de suma importância, porém, também é necessário se investir na chegada de novas pessoas para atendimento no programa. Sendo assim, o ideal é que este indicador não fique acima da meta para ele estipulada.

Nesse sentido, necessário atenção para os números apresentados pelos municípios abaixo:

- Juiz de Fora: o município apresentou um percentual de adesão do público de 92,9% (p.51), ou seja, um valor bem acima do pactuado para a meta. Isso indica que o número de inscrições de novas pessoas para acompanhamento no programa foi baixo. Daí a importância de manter o resultado previsto como meta para este indicador dentro dos parâmetros indicados, não havendo muita oscilação para mais, porque isto indica que o número de novas pessoas que chegaram ao programa para inscrição não foi satisfatório. Isso pode ser observado no mês de junho, no qual foram inscritas apenas 03 novas pessoas para acompanhamento neste município;

- Ribeirão das Neves: a mesma pontuação feita para o município anterior deve ser aqui observada, considerando que o resultado apresentado pela equipe de Ribeirão das Neves foi muito superior à meta estabelecida, o que tem impacto direto na chegada de novas pessoas para atendimento no programa. Nesse sentido, durante todo o período avaliatório, contabilizando, portanto, os números de abril, maio e junho, foram realizadas apenas 18 novas inscrições neste município.

No que tange o **indicador 5.3**, o resultado alcançado também foi superior à meta estabelecida, alcançando, porém, o resultado percentual de 137,18% da meta cumulada pactuada. A meta era de 804 mobilizações de rede tendo o programa realizado 1.103 ações de mobilização.

Este é um indicador importante para o programa, considerando que a partir das ações de mobilização de rede nos municípios é que os fluxos de encaminhamentos do público para atendimento são firmados. Outra ação importante é a discussão de caso com a rede parceira, que qualifica o acompanhamento realizado e que também é contabilizada nesse indicador.

Diante do quadro apresentado no relatório pela OS (p.54), no que se refere a este indicador, importante ressaltarmos os números executados pelos seguintes municípios:

- Belo Horizonte: no mês de abril, este município executou apenas 12 ações de mobilização de rede, o que está muito abaixo do esperado, ainda mais considerando a rede de proteção existente e a possibilidade de circulação neste município pela equipe, que, conforme pontuado anteriormente, é a maior equipe de analistas sociais, considerando os outros 14 municípios nos quais o PrEsp executa suas atividades. Além disso, tais ações também devem ser realizadas em maior número pela Gestão Social, profissional que representa o programa nas articulações político-institucionais no município. Nesse sentido, Belo Horizonte apresentou, no mês de abril, o mesmo número de articulações de rede executado por Betim e Divinópolis, municípios estes que possuem uma quantidade muito menor de profissionais;

- Vespasiano: outro dado preocupante é o apresentado para o município de Vespasiano. Conforme consta no quadro disponibilizado pela OS (p.54), o número de ações de mobilização de rede executado por este município nos meses de abril e maio foi de 05 articulações. Vespasiano é um dos municípios onde o PrEsp foi implantado recentemente, conforme já pontuado. Nos municípios de implantação, as articulações de rede são extremamente importantes para o programa, já que é a partir delas que os atores e instituições da rede tomam conhecimento acerca do novo serviço público disponibilizado no município. É por meio destas articulações que se torna possível a criação de fluxos de encaminhamento do público para atendimento, de discussões de casos acompanhados, de apresentação do trabalho realizado pelo programa. Assim sendo, torna-se necessário um acompanhamento próximo pela OS em relação aos números apresentados por este município, diante da importância da realização destas ações neste momento.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
9	-	-

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
60	-	-

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
35	28	80%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência é uma parceria entre Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), via recurso do Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP) e a SUPEC. O projeto tem como objetivo atuar na prevenção e no enfrentamento a violência contra a mulher e na responsabilização dos homens autores de violência doméstica e familiar, nas modalidades de atendimentos: individuais, coletivos e projetos de prevenção tendo como público mulheres moradoras da área de abrangência que o projeto se destina, além da criação e fortalecimento de uma rede mista composta pela rede de proteção social e referências comunitárias atuantes na temática da prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para sua atuação, o projeto engloba a metodologia de dois programas da Política de Prevenção à Criminalidade: Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC). Os dois programas, ao longo do período avaliatório, realizaram reuniões conjuntas para alinhamento de estratégias a qual o projeto se destina, além de apresentações da metodologia de cada programa para este novo formato de atuação.

Compreende-se a flexibilidade junto às pactuações realizadas pelos dois programas para que este não se mostre rígido, entendendo que ao longo da prática tais acordos poderão sofrer alterações.

A fim de introduzir alguns elementos de análise que impactaram de forma geral o desempenho dos indicadores, cabe contextualizar que o projeto está em processo de implantação, e que a primeira unidade contemplada foi inaugurada no dia 28/6/2022 no município de Curvelo. De acordo com o plano de trabalho, restam ainda as implantações nos municípios de Barbacena e Pouso Alegre, já com as tratativas em andamento por parte da SUPEC.



Inauguração do Projeto no Município de Curvelo em 28/06/2022

Destaca-se, ainda, a finalização dos processos seletivos das equipes que atuarão nas unidades de Curvelo e Barbacena. A segunda aguarda convocação para contratação, tendo em vista que o processo de locação do imóvel ainda está em trâmites na SEJUSP, e a equipe de Curvelo já se encontra integralmente contratada sendo que a gestão social do município atua desde maio e os analistas sociais desde junho de 2022.

Os Editais de seleção da OS parceira n 80/2022; n 81/2022; n 89/2022; n 90/2022; n 95/2022; n 96/2022 e n 145/2022; se encontram disponíveis em: http://www.institutoelo.org.br/site/editais/processos_seletivos_fechados.

Em relação ao PMC, a DPM, ao longo do período avaliatório, atuou no desenvolvimento da metodologia destinada ao referido projeto, na criação do manual metodológico e adaptações dos instrumentais e desenvolvimento dos materiais para serem utilizados nas capacitações com a equipe técnica para compreensão do programa e realização de um diagnóstico inicial, além da participação nos processos seletivos para os cargos de gestão social e analistas sociais dos municípios de Curvelo e Barbacena no mês de abril.

Neste período avaliatório, o PMC contou com a Gerência Estadual (DPM) para orientação do trabalho e condução das capacitações e da supervisão metodológica (OS) para leitura e apontamentos quanto ao manual de trabalho e na discussão da metodológica para melhor alcance dos indicadores do projeto.



Boas vindas equipe PMC- 24/06/2022

Diante do exposto, fica evidente que o cumprimento das metas e indicadores pactuados que passariam a ser avaliados a partir do 14º período avaliatório tiveram seus resultados comprometidos. Dito isso, de forma alinhada a solicitação pleiteada pela OS, a SUPEC avalia pertinente desconsiderar a contabilização dos indicadores 6.1 e 6.2, haja vista a data de início das atividades no município de Curvelo, o primeiro a ser contemplado com o projeto.

Em relação a meta do indicador 6.2 do período avaliatório, ressaltamos que a chegada das equipes técnicas ocorreu no dia 20 de junho, e que ao longo dos dez dias restantes do mês as equipes passaram por capacitações que será melhor abordado no indicador específico. Assim, não foi possível viabilizar a realização de atendimentos. Posto o contexto do trimestre em pauta, espera-se que no próximo período avaliatório apresente-se o resultado do diagnóstico preliminar, os

resultados dos atendimentos que serão realizados em formato de plantão dentro da UPC, bem como as estratégias de prevenção à violência contra a mulher realizadas de maneira coletiva.

No entanto, no que toca o indicador 6.3, a partir da contratação da gestão social e equipe técnica do município de Curvelo, diversas ações de articulação rede foram executadas, embora não tenham sido registradas integralmente no RGR.

Cabe destacar que a gestão social do município de Curvelo foi orientada pela DAL e DPM por diversas vezes acerca da importância e necessidade de registros dessas ações. No entanto, até a data de fechamento dos dados e entrega do relatório gerencial, os dados não foram apresentados, ponto evidenciado pela falta dos resultados que deveriam ser retratados no indicador 6.3. Sendo assim, a SUPEC avalia pela inviabilidade de desconsiderar o indicador e sugere a retificação desses dados.

Após articulação entre SUPEC e OS, os dados foram compilados e, embora não constem no relatório apresentado pela OS, foram levantadas 28 ações do projeto junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal, constata-se, então, que a meta pactuada para o período avaliatório não foi plenamente alcançada, ainda que esteja bem próxima do resultado esperado.

UPC	Jan a Mar	Abril	Maio	Junho	Total
Barbacena	-	-	-	-	-
Curvelo	-	-	13	15	28
Pouso Alegre	-	-	-	-	-

Insta destacar a importância dessa frente para a implantação e consolidação dos programas no âmbito do projeto, tendo em vista a necessidade de apresentar e divulgar o serviço e, sobretudo, construir e pactuar fluxos que fortaleçam o acesso do público aos serviços e equipamentos de proteção social, garantia de direitos, além de robustecer a parceria do Projeto com os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

Segue breve descrição da gestão social do município de Curvelo acerca das ações desenvolvidas no período avaliado:

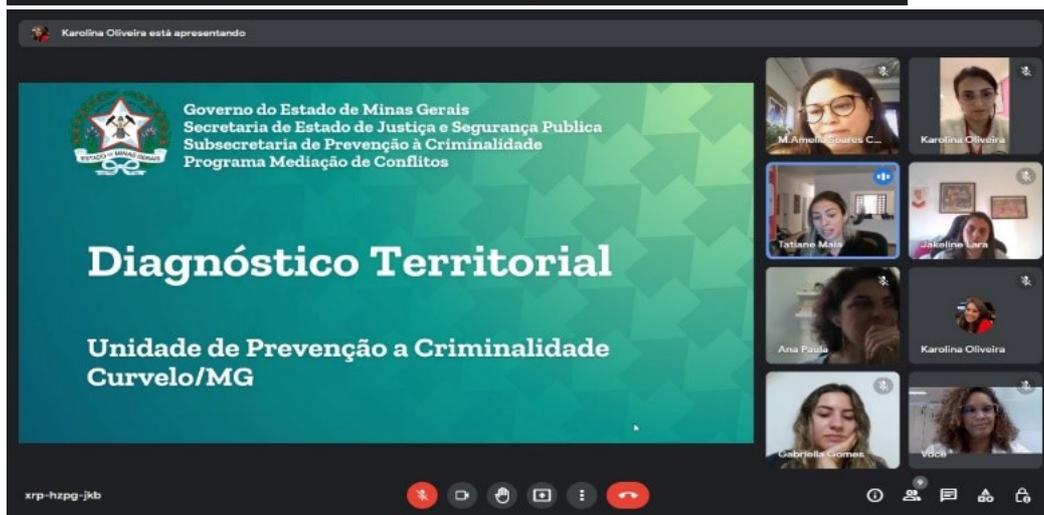
“...No mês de maio as ações desenvolvidas foram: reuniões para apresentação dos programas bem como apresentação das superintendentes, diretoras e supervisoras metodológicas dos dois programas a serem desenvolvidos aqui no município de Curvelo... Foi iniciada a construção do Diagnóstico Territorial do Município de Curvelo...”

“... Durante o mês de junho, foi realizada articulação com a rede, agendamentos de algumas reuniões como Ministério Público, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Subsecretaria de Assistência Social... permanecendo na construção do Diagnóstico, e ainda foi realizada a apresentação do mesmo para as diretoras e supervisão... Articulação com o Município para a inauguração da UPC como comunicação, local e ornamentação, bem como lanche da padaria.”

Conforme pontuado pela DPM, no mês específico, a gestora social esteve à frente das principais articulações de rede, iniciando os trabalhos no dia 02/05/2022. As articulações realizadas promoveram um maior acesso das instituições locais ao projeto, mas entende-se como importante a presença, neste relatório, de uma análise mais estruturada das ações realizadas e seus impactos, para até mesmo subsidiar os argumentos para o não cumprimento da meta.

Cabe salientar, a reunião realizada no dia 04/07/2022, no município de Curvelo, para pactuação do fluxo de encaminhamento das pessoas em cumprimento de determinação judicial para inclusão nas ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher. Participaram dessa articulação a gestão social do município, coordenação e diretoria da SUPEC, representantes do TJMG, Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Como desdobramento dessa articulação, ficou pactuado que todos os pedidos de Medida Protetiva de Urgência aportados pelo Poder Judiciário a partir de 11/7/2022 seriam encaminhados para atendimento pela equipe do projeto no âmbito do Programa CEAPA.

Em relação às ações de rede voltadas à construção do trabalho para o PMC, como ainda não existiam equipes contratadas ao longo do período avaliatório, a gestão foi orientada a atuar com a primeira etapa do diagnóstico, realizando entrevistas junto a rede de proteção social para o desenvolvimento do diagnóstico, além de apresentação dos programas e entendimento do fluxo de encaminhamento para as instituições parceiras entrevistadas. No dia 30/06/2022 a gestão apresentou a primeira etapa deste diagnóstico.



Apresentação da primeira parte do diagnóstico Curvelo- 30/06/2022

Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	505	93,5%

Inicialmente, faz-se necessário considerar que as análises apontadas no RGR referente ao 14º PA apresentaram elementos pertinentes à realidade do trabalho no período, e novamente é notável um avanço na qualificação das informações sobre o Programa Selo Prevenção Minas abordadas no RGR, sobretudo pela chegada da Supervisão Metodológica. A Coordenação do Selo Prevenção Minas trouxe, portanto, informações complementares:

- Alfenas: Conforme abordado no RGR, o não cumprimento da meta geral se deu, sobretudo, pelo não cumprimento das metas de articulação relacionadas ao município de Alfenas no mês de abril, tendo em vista o encerramento do ciclo do Programa no município e a sua saída anterior ao previsto. Porém, mesmo que não tenha atingido o número de articulações previstas, duas ações mereceram destaque nos meses que antecederam a saída do programa no município, a saber:
- Execução do 1º Fórum de Prevenção à Criminalidade de Alfenas - Roda de conversa sobre violência contra as mulher no território sul

O Fórum aconteceu no dia 09/03/2022 em parceria com o CRAS Alvorada e contou com a presença de mais de 80 mulheres.



Fórum de Prevenção à Criminalidade de Alfenas - 09/03/2022

- Execução do Seminário Municipal de Prevenção à Criminalidade com certificação do município

O Seminário marcou o encerramento do ciclo do Programa Selo Prevenção Minas em Alfenas e também a certificação do município. Além da cerimônia de certificação, o evento contou com três grupos de trabalho para qualificação de ações previstas no Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade. O evento ocorreu no dia 29/03/2022 e teve ampla participação da população, contando com mais de 80 pessoas.



Seminário Municipal de Prevenção à Criminalidade de Alfenas - 29/03/2022

Portanto, destaca-se a finalização com êxito do ciclo do programa no município de Alfenas, podendo ser vistos grandes avanços no tocante às ações de prevenção à criminalidade. Fruto disso é a contratação, por parte do município, do profissional articulador do programa para dar continuidade as ações de prevenção em Alfenas, mesmo com o fim do ciclo do programa estadual.

- Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 10: Em relação à execução do programa na RISP 10 - Patos de Minas, nota-se, como afirmado no RGR, que “o número acumulado de articulações de rede aconteceu dentro do esperado, tendo uma pequena variação para mais de 9%” (RGR, p. 61). Destacam-se, portanto, as seguintes ações:
- Evento de inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade em Patos de Minas/RISP 10 em abril



Evento de inauguração da UPC RISP 10 - Patos de Minas 05/05/2022

- Realização da primeira formação ampliada do programa em Patos de Minas, para 52 profissionais atuantes nas instituições vinculadas à pasta de Assistência Social do município, em que se discutiu o trabalho em rede e a prevenção social à criminalidade. A formação ocorreu no dia 30/06/2022.



Formação realizada pelo Programa Selo para profissionais da rede Assistência Social de Patos de Minas – 30/06/2022

Há de se destacar, porém, alguns dificultadores do trabalho na UPC RISP 10 durante esse período:

- A ausência, de maio ao fim do período avaliatório, de uma das analistas do programa no município, tendo sido afastada por motivos médicos e, a posteriori, pedido de demissão.
- Retardo na contratação do estagiário do programa por parte da OS, tendo em vista que o Instituto ELO não estava contratando estagiários de formação de serviço social e, tanto a gestora quanto a analista de Patos de Minas possuem essa mesma formação.
- A ausência dos profissionais do cargo da supervisão da gestão nos processos de trabalho do programa, tendo em vista o processo de transição e também por falta de apropriação e aproximação desta frente de trabalho.

Porém, mesmo nesse cenário, destaca-se o esforço da coordenação do programa e da supervisão metodológica para minimizar tais impactos, sobretudo, pelas reuniões de acompanhamento do trabalho e as capacitações mensais, conforme será abordado na próxima área temática.

Faz-se ainda necessário destacar que, ao final deste período avaliatório e para os próximos meses, o trabalho da coordenação estadual e da supervisão metodológica estará voltado para fortalecer, orientar e direcionar a equipe para o alcance de maior capilaridade do Programa Selo nos outros municípios que compõem a RISP 10 e que a natureza das ações ofertadas e implementadas pelo programa estejam cada vez mais diversificadas, considerando o Plano de Ação que está em construção, sob a luz da metodologia do programa, que prevê a execução dos 03 eixos: Certificação, em Curso e Consultoria, contemplando todos os 23 municípios da RISP 10.

Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à

Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
2.400	3.135	130,6%

Indicador 8.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	11,8	126%

Seguem abaixo algumas considerações das atividades desenvolvidas neste período avaliatório por programa:

- PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

03/05 - Encontro da DPM e Gestores Sociais para diálogo sobre o balanço do 1º trimestre. Projeto É na Base!, Projeto ComAgente, Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para enfrentamento às Violências, alinhamento de fluxo com a Defensoria Pública e outras demandas.

Quantidade de pessoas presentes: 27



09/05 - Capacitação ComAgente . A DPM e OS realizaram conjuntamente no dia 09/05 encontro junto às equipes técnicas que irão compor o Projeto ComAgente a partir da nova etapa. A proposta do encontro foi dialogar sobre as perspectivas do Projeto, adequações no formato de execução, aspectos metodológicos e administrativos. Reforçamos a importância desse espaço, que enfatiza o papel da OS no acompanhamento e suporte às equipes e oficinas frente à execução do Projeto.

Quantidade de pessoas presentes: 43



12/05 - Encontro entre a DPM, Gestores Sociais e Equipes Técnicas para dialogar sobre o Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o Enfrentamento às Violências.

Quantidade de pessoas presentes: 89



- PROGRAMA FICA VIVO!

A DPI considerou suficiente os elementos trazidos pela OS no RGR.

- PRESP

Foi apresentado pela OS quadro (p.64) no qual cita-se a realização de 38 encontros realizados pelo PrEsp para fins do indicador de capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade. Ocorre, contudo, que a OS discorreu apenas sobre 01 destes momentos (p.64), sendo que, conforme dito, foram realizados 38 encontros. Sugere-se, portanto, que nos próximos relatórios esses resultados sejam também apresentados de forma qualitativa discorrendo, ainda

que brevemente, sobre os encontros realizados, principalmente sobre as temáticas em cada um deles abordadas, para fins de monitoramento mais efetivo deste indicador.

- PROGRAMA CEAPA

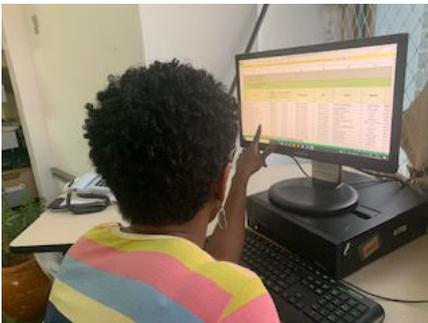
No que toca a execução desse indicador, de forma complementar aos resultados apresentados pela OS, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL:

Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais - indicadores e instrumentais do Programa Ceapa.

Datas: 25 e 27 de abril de 2022.

Parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias são conduzidos pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do Programa, instrumentais e planilhas utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação analistas contratados para atuar nas unidades dos municípios de Belo Horizonte e Betim.



Por fim, no que toca a apresentação dos dados de execução dos encontros formativos e capacitações das equipes técnicas, reitera-se a sugestão para que a OS apresente o critério para a contabilização dessas ações, uma vez que, observa-se pela descrição da tabela apresentada no relatório a realização de 59 encontros. No entanto, a partir das reuniões de alinhamento entre a DAL e supervisão metodológica, foram identificados a realização de apenas 7 encontros formativos e de capacitação de equipe – sendo 5 voltados para a capacitação introdutória de novos analistas em formato virtual, 1 encontro de capacitação conjunta sobre Risco Criminal e Alternativas Penais, também de forma remota, e por último, 1 encontro presencial com os analistas do município de Juiz de Fora para formação sobre as Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências contra a Mulher.

- PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

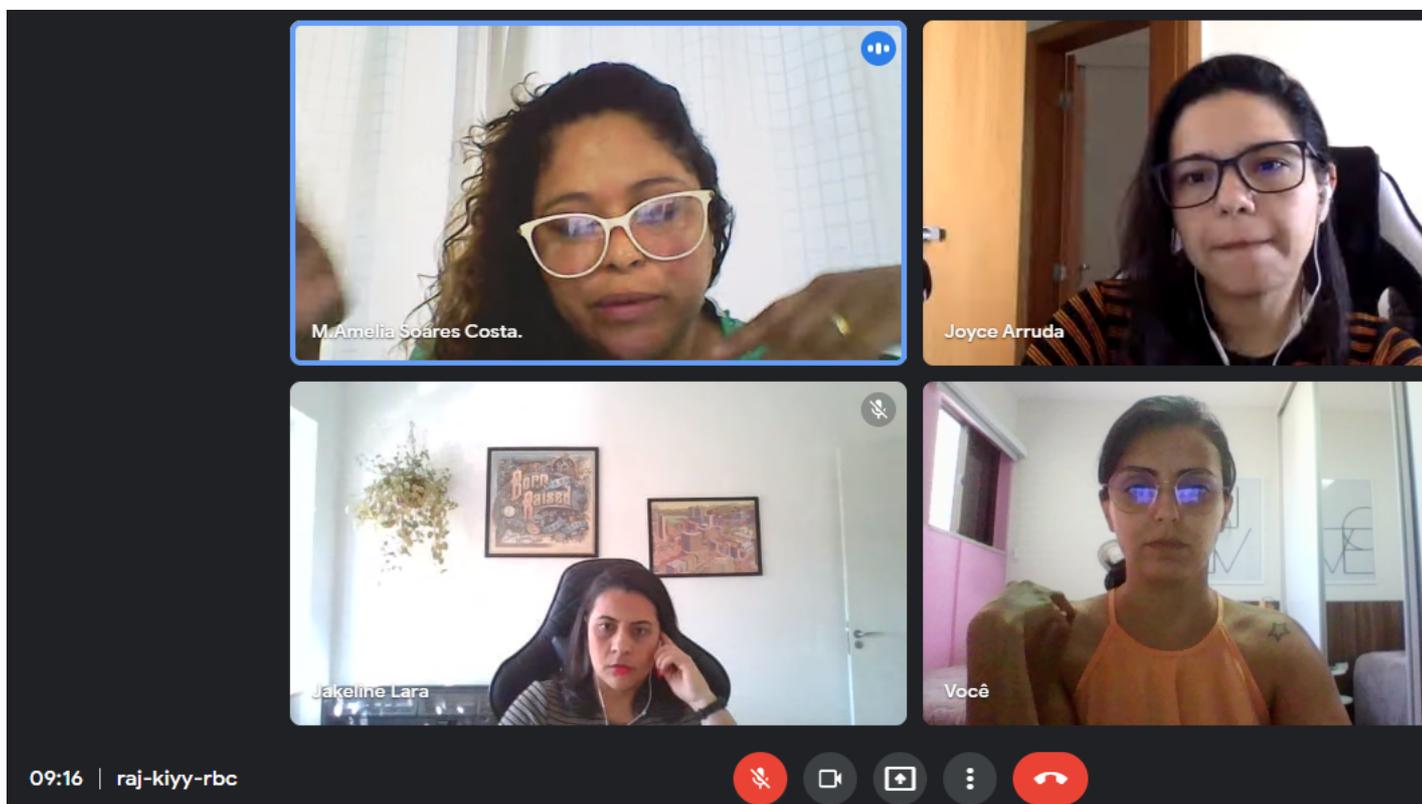
As capacitações neste período avaliatório tiveram como objetivo apresentar para a gestão social e às equipes a metodologia de cada programa e orientar a função de cada ator, além de apresentação dos instrumentos e relatórios.

No que toca a execução desse indicador, de forma complementar aos resultados apresentados no RGR, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela OS em parceria com a DAL e aqueles executados exclusivamente pela diretoria no âmbito do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência.

Tema: Capacitação introdutória para a Gestão Social - Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Datas: 3 de maio de 2022.

A reunião objetivou promover um espaço de apresentação e acolhida entre a nova gestora social do município de Curvelo, a representante da OS responsável pelo acompanhamento metodológico e a DAL, que irá orientar a execução do Projeto, bem como monitorar e avaliar as metas e indicadores pactuados. Inicialmente, introduziu-se a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais, abordando, especificamente para o Projeto, o recorte de atuação no âmbito das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Por fim, apresentou-se o plano de trabalho contemplando as metas e indicadores pactuados para o Projeto.



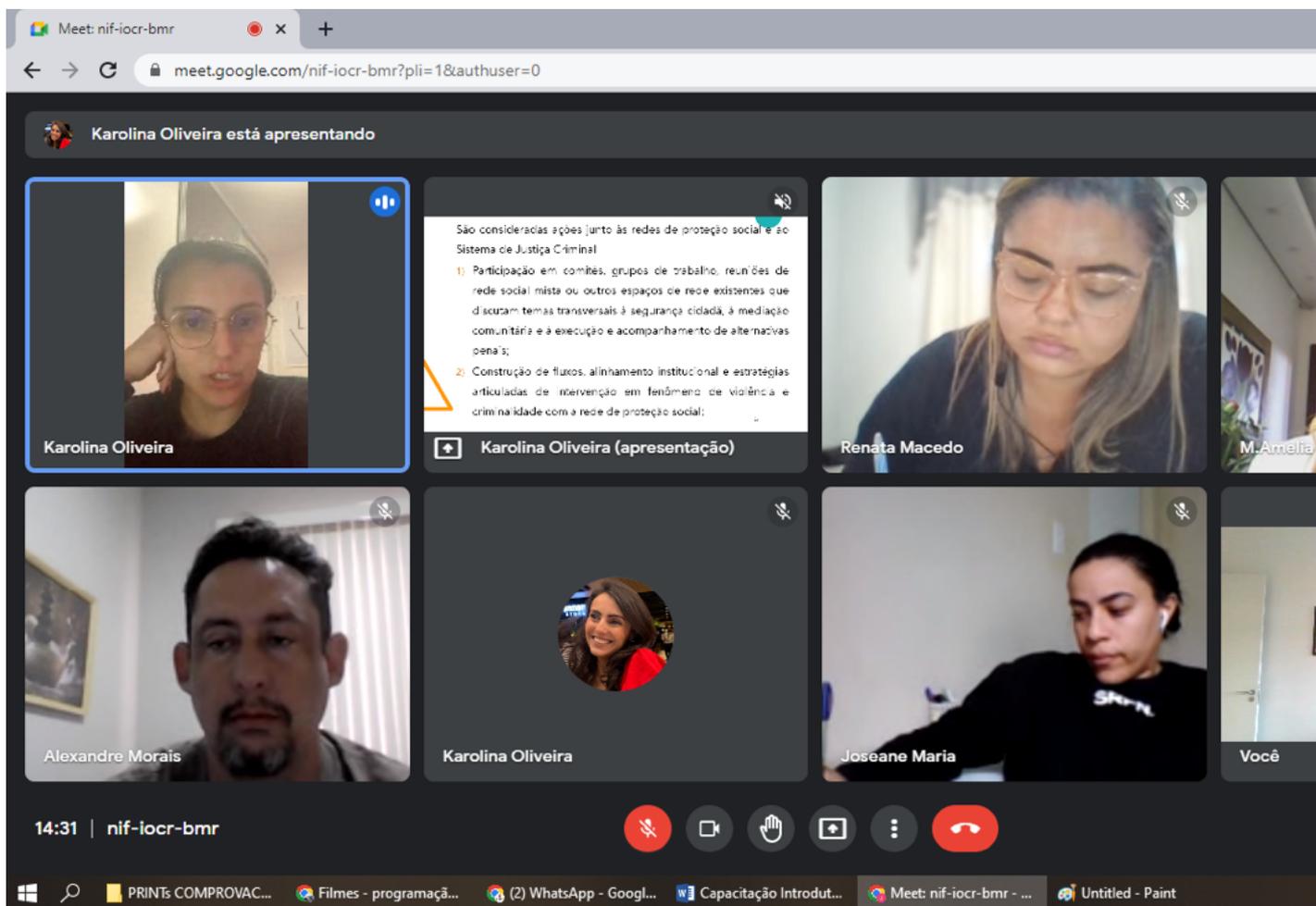
Tema: Capacitação introdutória para a equipe do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Datas: 22, 23, 24, 27 e 30 de junho de 2022.

Inicialmente, o primeiro módulo da capacitação introdutória foi conduzido pela OS e DAL com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais a partir do modelo nacional de gestão em Alternativas Penais, abordando, especificamente para o Projeto, o recorte de atuação no âmbito das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Nesse momento, é apresentada a perspectiva de trabalho e a metodologia desenvolvida no âmbito do Programa Ceapa para essa frente.

O segundo módulo da capacitação abordou os métodos de avaliação do Programa, instrumentais e planilhas utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação gestão social, técnico administrativo e analistas sociais contratados para atuar na Unidade de Curvelo.



No que se refere às capacitações desenvolvidas pelo Programa Mediação de Conflitos no período avaliatório do Projeto, a DPM destaca:

Tema: Capacitação inicial com gestão social

Data: 09/05/2022

Quantidade de participantes: 3

Apresentar o Programa Mediação de Conflitos em nível Regional, metodologia de trabalho, modalidades de atendimentos, importância dos indicadores e o papel da gestão social para o desenvolvimento do trabalho na ponta.



Tema: Capacitação diagnóstico para gestão social

Apresentação e orientação para o desenvolvimento do diagnóstico na cidade de Curvelo.

Quantidade de participantes: 2

Data: 10/05/2022

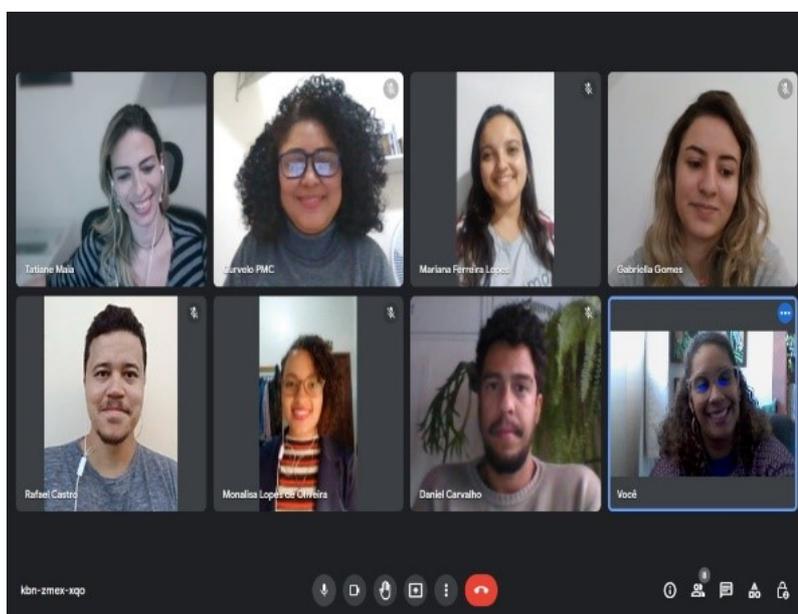


Tema: Capacitação inicial com equipe PMC.

Histórico do Programa Mediação de Conflitos, metodologia de atuação, modalidades de atendimentos e desenvolvimento do trabalho em nível de comarca.

Quantidade de participantes: 8

Data: 29/06/2022



Tema: Capacitação sobre Território e Rede com equipe PMC.

As diferenças históricas, culturais e sociais dos territórios e suas particularidades, a importância da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres e atuação com referências comunitárias como rede de proteção local.

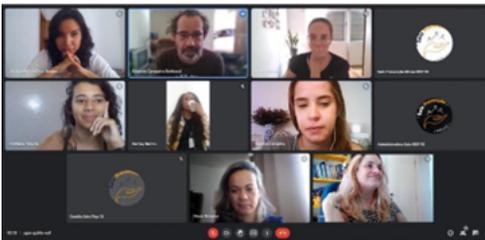
Quantidade de participantes: 8

Data: 30/06/2022



- PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

As temáticas abordadas nas capacitações deste trimestre foram: 1. Possibilidades de atuação dos municípios sob a perspectiva da Segurança Cidadã; 2. Atuação do Programa e elaboração do Plano de Ação para a RISP 10; 3. Trabalho em rede no âmbito da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Para a discussão da primeira temática contou-se com a participação do professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro, Eduardo Batitucci, e para a discussão da terceira temática realizamos uma formação em conjunto com Supervisão Metodológica, Analistas Sociais e Gestora Social do Programa Se Liga.



Capacitação realizada no dia 29/04/2022 - facilitador: Eduardo Batitucci



Capacitação do dia 24/06/2022 em parceria com o Programa Se Liga

Ademais, também foram identificados alguns erros no RGR em relação às informações colocadas no indicador nº 8.1. “Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade”, da área temática “Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade”, conforme descritos a seguir:

- Na pág 66 é dito que: “a capacitação de maior número de participantes do Se Liga teve 13 participantes, com o tema “O trabalho em rede no âmbito da política de Prevenção Social à Criminalidade”. Esta ocorreu no dia 24 de junho”. A informação, em si, está correta, porém, tal capacitação foi realizada em parceria com o Programa Selo Prevenção Minas, sobretudo, pela atuação da supervisão metodológica, fazendo necessária essa ponderação.
- Na pág 67 o registro fotográfico não condiz com a ação mencionada. A foto é referente à capacitação realizada no dia 29/04/2022 pelo facilitador Eduardo Batitucci. A descrição da foto está como “supervisão com 7 participantes, de tema “Construção do diagnóstico de implantação e acompanhamento das ações realizadas”, e contou com a presença virtual da subsecretária interina da Prevenção Social, supervisão metodológica, analistas sociais, gestora social, técnico administrativo e gerências do Programa.”

Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local		
Meta	Resultado	Desempenho
28	29	103,5%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Com relação aos Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa Fica Vivo, para além dos elementos descritos pela OS, a DPJ ratifica o quanto os dados apresentados permitem não apenas compreender o comportamento dos indicadores relativos ao Programa, como também observar a empregabilidade das diretrizes previstas no Plano de Retomada das Oficinas.

Sobre os Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas, NOVAMENTE, é dito no RGR (pág. 77) que “este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade (...)”. Faz-se necessária a correção dessa redação, tendo em vista que a configuração de equipe do Programa Selo conta também com analistas sociais e gestora social (caso de Patos de Minas) e que são, portanto, responsáveis pelo envio dos relatórios de acompanhamentos mensais, além do Articulador (caso de Alfenas). Esse equívoco já havia sido pontuado no último relatório.

Cabe destacar ainda a necessidade de qualificação dos relatórios, conforme já apontado em relatórios de monitoramento anteriores. Avalia-se que, com a chegada da Supervisão Metodológica no Programa e, com isso, a qualificação do acompanhamento do trabalho técnico desenvolvido pelas equipes, tem-se um cenário mais favorável para o avanço das análises apresentadas no RGR. Porém, no que tange a supervisão da gestão, esse acompanhamento ainda é distanciado, fazendo-se necessária uma maior aproximação desses profissionais das equipes técnicas do programa.

Por fim, as demais diretorias da SUPEC consideraram as informações contidas no RGR suficientes para a análise dos resultados do período.

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

A Checagem Amostral, prevista no Decreto Estadual nº 47.553/18, referente ao 14º período avaliatório, que compreende os meses de abril a junho de 2022 foi realizada pela Comissão de Monitoramento na sede do Instituto Elo no dia 08/07/2022, sendo verificados no total 80 processos. Destes, dois processos de rescisão de pessoal foram considerados inconformes, no entanto, na Checagem de Efetividade foram sanadas as irregularidades, alcançando 100% de conformidade.

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação.

Área temática 11: Projeto Qualificação e Empreendedorismo

Indicador 11.1 Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo		
Meta	Resultado	Desempenho
150	180	120%

11.2 Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo		
Meta	Resultado	Desempenho
60%	71%	118,3%

Esta área temática dedica-se a mensurar indicadores específicos do Projeto De Qualificação e Empreendedorismo e trata-se de uma exceção no âmbito do acompanhamento Contrato de Gestão nº 02/2019, posto que os demais produtos não possuem indicadores correspondentes e são avaliados apenas no âmbito de sua entrega.

Pontua-se como ressalva, como previamente destacado, a inclusão do Produto 2.2 – Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas no quadro de indicadores, visto que tal inclusão não está contemplada no Programa de Trabalho.

No que se refere aos indicadores 11.1 e 11.2, conforme consta no RGR, destaca-se que foi encaminhado, pela OS, o Relatório do Projeto Qualificação e Empreendedorismo de Adolescentes e Jovens no mês de junho de 2022. O documento teve como objetivo principal não só apresentar os resultados objetivos dos dois indicadores pactuados para o 14º Período Avaliatório, mas também trazer informações qualificadas e relevantes sobre o processo de execução do projeto e dos adolescentes e jovens cursistas. Neste, podem ser verificadas informações também sobre o perfil do público do projeto e sua composição, bem como registros de fotos dos cursos realizados. Além disso, destacam-se os pontos já mencionados em outras áreas temáticas acerca dos benefícios trazidos, pelo projeto, ao público contemplado dos programas da Política de Prevenção à Criminalidade.

Por fim, destacamos a excelência da entrega deste produto pela OS, tanto no acompanhamento das ações, como na apresentação formal do relatório final.

3 – DETALHAMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

O IV Termo de Alteração Simples, assinado em 29/04/2022, alterou o Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 02/2019. Nessa última alteração, o prazo de entrega de determinados produtos foi revisto e, para o presente período avaliatório, foi prevista apenas a entrega do produto 2.2 – Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas.

Como já abordado no RGR, o Diagnóstico de Implantação do Programa Selo Prevenção Minas Regional foi elaborado pelo Instituto Elo mediante orientação e acompanhamento da Coordenação Estadual, entregue pela OS e aprovado pela SUPEC no dia 31/05/22. A Coordenação corroborou o que foi trazido no RGR, destacando que foi uma construção conjunta muito produtiva, em que a OS parceira se mostrou muito aberta, com protagonismo e proatividade na elaboração do documento, o que foi muito positivo e fortaleceu o trabalho desenvolvido na regional.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

14º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1 Entrada de Recursos	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	01/12/2022
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2022	28/02/2022	31/03/2022	30/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022	31/12/2022
1.1 Receitas												
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	7.641.567,35	-	-	8.520.927,81	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	65.386,84	59.029,18	112.719,78	91.070,06	136.397,25	171.340,81	-	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	7.716.954,19	59.029,18	112.719,78	8.611.997,87	136.397,25	171.340,81	-	-	-	-	-	-
2 Saída de Recursos												
2.1 Gastos com Pessoal												
2.1.1 Salários	1.243.606,34	1.249.246,34	1.249.246,34	1.229.385,66	1.229.604,74	1.297.336,94	-	-	-	-	-	-
2.1.2 Estagiários	6.012,00	94.012,00	94.012,00	6.012,00	6.012,00	94.012,00	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	486.685,05	494.495,82	494.495,82	479.721,95	479.592,10	512.467,88	-	-	-	-	-	-
2.1.4 Benefícios	359.530,31	362.774,19	362.774,19	356.997,19	359.156,23	381.490,17	-	-	-	-	-	-
Subtotal (Pessoal):	2.095.833,70	2.200.528,35	2.200.528,35	2.072.116,80	2.074.365,07	2.285.306,99	-	-	-	-	-	-
2.2 Gastos Gerais	1.312.722,35	598.962,35	519.082,35	485.572,35	521.212,35	726.362,35	-	-	-	-	-	-
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	86.369,00	-	-	-	47.000,00	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	65.386,84	59.029,18	112.719,78	91.070,06	136.397,25	171.340,81	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas:	3.560.311,89	2.858.519,88	2.832.330,48	2.648.759,21	2.778.974,67	3.183.010,15	-	-	-	-	-	-
Realizado												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1 Entrada de Recursos	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	01/12/2022
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2022	28/02/2022	31/03/2022	30/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022	31/12/2022
1.1 Receitas												
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	7.641.567,35	-	-	8.548.298,44	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	634,02	123,38	1,55	1.148,93	0,97	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	65.386,84	59.029,18	112.719,78	91.070,06	136.397,25	171.340,81	-	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	7.706.954,19	59.663,20	112.843,16	8.639.370,05	137.546,18	171.341,78	-	-	-	-	-	-
2 Saída de Recursos												
2.1 Gastos com Pessoal												
2.1.1 Salários	919.175,94	979.122,69	954.249,07	980.626,61	1.008.165,60	1.053.758,88	-	-	-	-	-	-
2.1.2 Estagiários	698,00	1.319,00	868,00	2.171,69	1.136,00	5.559,00	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	450.651,26	428.251,81	428.796,79	422.110,48	422.858,49	444.870,20	-	-	-	-	-	-
2.1.4 Benefícios	126.157,23	317.180,19	306.368,51	291.313,77	328.182,58	345.175,57	189.965,86	-	-	-	-	-
Subtotal (Pessoal):	1.496.682,43	1.725.873,69	1.690.282,37	1.696.222,55	1.760.342,67	1.849.363,65	189.965,86	-	-	-	-	-
2.2 Gastos Gerais	336.894,19	350.596,72	378.779,93	398.488,70	438.546,67	598.350,69	-	-	-	-	-	-
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	48.912,00	12.992,35	3.850,97	26.311,06	12.673,78	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	65.386,84	59.029,18	112.719,78	91.070,06	136.397,25	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas:	1.898.963,46	2.184.411,59	2.194.774,43	2.189.632,28	2.361.897,65	2.460.388,12	189.965,86	-	-	-	-	-

14º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto														
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
1	Entrada de Recursos	01/01/2022 a 31/01/2022	01/02/2022 a 28/02/2022	01/03/2022 a 31/03/2022	01/04/2022 a 30/04/2022	01/05/2022 a 31/05/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	01/07/2022 a 31/07/2022	01/08/2022 a 31/08/2022	01/09/2022 a 30/09/2022	01/10/2022 a 31/10/2022	01/11/2022 a 30/11/2022	01/12/2022 a 31/12/2022	
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	3.555,70	3.490,77	3.392,03	2.380,28	2.667,63	-	-	-	-	-	-	-	15.486,41
(E)	Total de Entradas:	3.555,70	3.490,77	3.392,03	2.380,28	2.667,63	-	-	-	-	-	-	-	15.486,41
2	Saída de Recursos													
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários	57.084,69	57.084,69	57.084,69	50.427,70	50.427,70	-	-	-	-	-	-	-	272.109,47
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3	Encargos	23.513,27	23.513,27	23.513,27	19.261,96	19.261,96	-	-	-	-	-	-	-	109.063,77
2.1.4	Benefícios	17.180,91	17.180,91	17.180,91	15.407,57	15.407,57	-	-	-	-	-	-	-	82.357,87
	Subtotal (Pessoal):	97.778,87	97.778,87	97.778,87	85.097,26	85.097,26	-	-	-	-	-	-	-	463.531,11
2.2	Gastos Gerais	200,00	200,00	200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600,00
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	3.555,70	3.490,77	3.392,03	2.380,28	2.667,63	-	-	-	-	-	-	-	15.486,41
(S)	Total de Saídas:	101.534,57	101.469,64	101.370,90	87.477,53	87.764,88	-	-	-	-	-	-	-	479.617,62
Realizado														
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
1	Entrada de Recursos	01/01/2022 a 31/01/2022	01/02/2022 a 28/02/2022	01/03/2022 a 31/03/2022	01/04/2022 a 30/04/2022	01/05/2022 a 31/05/2022	01/06/2022 a 30/06/2022	01/07/2022 a 31/07/2022	01/08/2022 a 31/08/2022	01/09/2022 a 30/09/2022	01/10/2022 a 31/10/2022	01/11/2022 a 30/11/2022	01/12/2022 a 31/12/2022	
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	0,82	0,03	0,62	1,74	-	-	-	-	-	-	-	3,21
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	3.555,70	3.490,77	3.392,03	2.380,28	2.667,63	-	-	-	-	-	-	-	15.486,41
(E)	Total de Entradas:	3.555,70	3.491,59	3.392,06	2.380,90	2.669,37	-	-	-	-	-	-	-	15.489,62
2	Saída de Recursos													
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários	46.539,38	47.800,05	49.074,57	45.686,94	45.072,76	-	-	-	-	-	-	-	234.173,70
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3	Encargos	21.376,37	20.933,90	21.019,35	18.221,16	18.106,90	-	-	-	-	-	-	-	99.657,69
2.1.4	Benefícios	6.424,80	15.200,70	15.911,28	15.089,57	14.200,62	-	-	-	-	-	-	-	66.826,97
	Subtotal (Pessoal):	74.340,55	83.934,65	86.005,20	78.997,67	77.380,28	-	-	-	-	-	-	-	400.658,36
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	3.555,70	3.490,77	3.392,03	2.380,28	-	-	-	-	-	-	-	-	12.818,78
(S)	Total de Saídas:	77.896,25	87.425,42	89.397,23	81.377,95	77.380,28	-	-	-	-	-	-	-	413.477,14

Memória de Cálculo C - PRESP

14º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	
1	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022		
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/01/2022	28/02/2022	31/03/2022	30/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022		
1.1 Receitas													
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	355.849,89	-	-	274.345,95	-	-	-	-	-	-	-	630.195,84	
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	1.706,34	1.395,47	2.795,69	3.177,65	4.716,07	5.812,42	-	-	-	-	-	19.603,64	
(E) Total de Entradas:	357.556,23	1.395,47	2.795,69	277.523,60	4.716,07	5.812,42	-	-	-	-	-	649.799,48	
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	51.262,75	51.262,75	51.262,75	51.262,75	51.262,75	51.262,75	-	-	-	-	-	307.576,50	
2.1.2 Estagiários	-	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	-	-	-	-	-	16.000,00	
2.1.3 Encargos	21.111,87	21.311,86	21.311,86	21.311,86	21.311,86	21.311,86	-	-	-	-	-	127.671,17	
2.1.4 Benefícios	15.362,05	15.374,05	15.374,05	15.374,05	15.374,05	15.374,05	-	-	-	-	-	92.232,30	
Subtotal (Pessoal):	87.736,67	91.148,66	91.148,66	91.148,66	91.148,66	91.148,66	-	-	-	-	-	543.479,97	
2.2 Gastos Gerais	178.686,67	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	-	-	-	-	-	180.186,67	
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	1.706,34	1.395,47	2.795,69	3.177,65	4.716,07	5.812,42	-	-	-	-	-	19.603,64	
(S) Total de Saídas:	288.129,68	92.844,13	94.244,35	94.626,31	96.164,73	97.261,08	-	-	-	-	-	743.270,28	
Realizado													
1	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Real (j) Pr
Entrada de Recursos	01/01/2022	01/02/2022	01/03/2022	01/04/2022	01/05/2022	01/06/2022	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022		
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a		
	31/01/2022	28/02/2022	31/03/2022	30/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022		
1.1 Receitas													
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	355.849,89	-	-	274.345,95	-	-	-	-	-	-	-	630.195,84	
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	0,35	3,00	0,56	5,89	-	-	-	-	-	-	9,80	
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	1.706,34	1.395,47	2.795,69	3.177,65	4.716,07	5.812,42	-	-	-	-	-	19.603,64	
(E) Total de Entradas:	357.556,23	1.395,82	2.798,69	277.524,16	4.721,96	5.812,42	-	-	-	-	-	649.809,28	
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	46.574,78	46.508,15	45.901,05	41.243,91	44.102,31	46.858,50	-	-	-	-	-	271.188,70	
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1.3 Encargos	19.586,70	19.588,28	19.588,27	19.108,22	19.501,64	19.710,20	-	-	-	-	-	117.085,30	
2.1.4 Benefícios	6.023,81	15.656,28	15.707,07	14.353,77	13.749,18	15.862,26	8.752,63	-	-	-	-	90.105,00	
Subtotal (Pessoal):	72.187,29	81.752,71	81.196,39	74.705,90	77.353,13	82.430,96	8.752,63	-	-	-	-	478.379,00	
2.2 Gastos Gerais	-	-	-	-	-	1.665,00	-	-	-	-	-	1.665,00	
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	1.706,34	1.395,47	2.795,69	3.177,65	4.716,07	-	-	-	-	-	-	13.791,22	
(S) Total de Saídas:	73.893,63	83.148,18	83.992,08	77.883,55	82.069,20	84.095,96	8.752,63	-	-	-	-	493.835,22	

14º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto												TOTAL	Realiz (j) Prev	
1	Janeiro 01/01/2022 a 31/01/2022	Fevereiro 01/02/2022 a 28/02/2022	Março 01/03/2022 a 31/03/2022	Abril 01/04/2022 a 30/04/2022	Maió 01/05/2022 a 31/05/2022	Junho 01/06/2022 a 30/06/2022	Julho 01/07/2022 a 31/07/2022	Agosto 01/08/2022 a 31/08/2022	Setembro 01/09/2022 a 30/09/2022	Outubro 01/10/2022 a 31/10/2022	Novembro 01/11/2022 a 30/11/2022			
Entrada de Recursos														
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão											467.821,41		
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG											-		
1.1.4	Outras Receitas											-		
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.											2.375,05	2.391,82	
(E)	Total de Entradas:											467.821,41	450.712,02	
Saída de Recursos														
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários											-	14.061,45	
2.1.2	Estagiários											-	-	
2.1.3	Encargos											1.734,00	5.761,88	
2.1.4	Benefícios											-	2.433,28	
	Subtotal (Pessoal):											1.734,00	22.256,41	
2.2	Gastos Gerais											3.600,00	11.580,00	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes											406.791,00	-	
2.4	Transferência para Reserva de Recursos											-	2.375,05	
(S)	Total de Saídas:											3.600,00	15.689,05	
Realizado														
1	Janeiro 01/01/2022 a 31/01/2022	Fevereiro 01/02/2022 a 28/02/2022	Março 01/03/2022 a 31/03/2022	Abril 01/04/2022 a 30/04/2022	Maió 01/05/2022 a 31/05/2022	Junho 01/06/2022 a 30/06/2022	Julho 01/07/2022 a 31/07/2022	Agosto 01/08/2022 a 31/08/2022	Setembro 01/09/2022 a 30/09/2022	Outubro 01/10/2022 a 31/10/2022	Novembro 01/11/2022 a 30/11/2022	TOTAL	Realiz (j) Prev	
Entrada de Recursos														
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão											467.821,41	-	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG											-	-	
1.1.4	Outras Receitas											-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.											-	2.375,05	
(E)	Total de Entradas:											467.821,41	2.391,82	
Saída de Recursos														
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários											-	4.462,36	
2.1.2	Estagiários											-	-	
2.1.3	Encargos											-	6.455,75	
2.1.4	Benefícios											-	434,82	
	Subtotal (Pessoal):											-	11.352,93	
2.2	Gastos Gerais											-	17.101,50	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes											-	240.000,00	
2.4	Transferência para Reserva de Recursos											-	2.375,05	
(S)	Total de Saídas:											-	259.493,32	

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 12/07/2022. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo do Contrato de Gestão nº 02/2019.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018, esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;

II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;

III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;

IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;

V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;

VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;

VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;

VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu todas as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº

47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2022.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Luísa de Paulo Longuinho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

(no ato da assinatura deste documento a representante se encontrava em período de férias regulamentares)

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paulo Longuinho, Servidor(a) Público(a)**, em 16/08/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 16/08/2022, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 16/08/2022, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51451326** e o código CRC **74C56586**.